



Democracia como exercício ético-político nos cotidianos escolares: considerações investigativas em um grupo de pesquisa numa universidade comunitária

La democracia como ejercicio ético-político en la vida escolar cotidiana: consideraciones investigativas en un grupo de investigación de una universidad comunitaria

Democracy as an Ethical-Political Exercise in Everyday School Life: Investigative Considerations in a Research Group at a Community University

BARCHI, Rodrigo¹, VÍGARI, Michele Padilla Pedroso², CALDEIRA, Uratã Alves³, COSTA, Davi Fernandes⁴ y BASTIDA, Erica Monteiro Nunes⁵

Barchi, R., Vigari, M. P. P., Caldeira, U. A., Costa, D.F. y Bastida, E. M. N. (2026). Democracia como exercício ético-político nos cotidianos escolares: considerações investigativas em um grupo de pesquisa numa universidade comunitária. *RELAPAE*, (24), pp. 30-42.

Resumo

O presente artigo busca apresentar o trabalho realizado por um grupo de pesquisas de um programa de pós-graduação em educação, de uma universidade comunitária sediada em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, no Brasil, cujos projetos entrelaçam as temáticas da democracia, da educação ambiental e dos estudos nos cotidianos escolares. O grupo, instituído há pouco menos de três anos, tem como intenção compreender as manifestações e sentidos da democracia nos cotidianos escolares, entendendo-a tanto na perspectiva de regime de governo e gestão escolar, ora representativo, ora participativo, quanto como exercício ético e político na vida diária das escolas, na participação direta incessante, em colaboração ou resistência às práticas gestoras. Neste sentido este texto é dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, trazemos o processo de instauração do grupo, tributário conceitual e metodologicamente de equipes investigativas anteriores no mesmo programa, e as perspectivas e estudos dos cotidianos escolares nas quais os trabalhos são debatidos e construídos. A seção seguinte apresenta as bases teóricas e conceituais no âmbito da democracia, especialmente na dimensão radical, no pensamento de pensadores/as contrários à separação entre Estado e sociedade civil, na qual as pesquisas sobre o tema estão sendo potencializadas nas micropolíticas dos cotidianos escolares. Na última parte, trazemos o entrelaçamento e a contextualização de quatro pesquisas de doutorado, e sua vinculação ao projeto de pesquisa do grupo, de modo que, a partir de seus interesses e intenções, cada uma delas evidencia as tensões existentes nos cotidianos escolares das escolas públicas brasileiras, nos processos atuais de avanço dos autoritarismos e pequenas tiranias, e as consequentes recusas e desobediências diárias, constituintes das formas democráticas participativas e em assembleia das tomadas de decisões.

Palavras-chave: Cotidianos Escolares, Democracia, Radicalidade, Pesquisa em Educação, Resistência

Resumen

El presente artículo pretende presentar el trabajo realizado por un grupo de investigación de un programa de posgrado en educación, de una universidad comunitaria con sede en una ciudad del estado de São Paulo, en Brasil, cuyos proyectos entrelazan los temas de la democracia, la educación ambiental y los estudios en la vida cotidiana escolar. El grupo, creado hace poco menos de tres años, tiene como objetivo comprender las manifestaciones y los significados de la democracia en la vida cotidiana de las escuelas, entendiéndola tanto desde la perspectiva del régimen de gobierno y la gestión escolar, a veces representativa, a veces participativa, como desde el punto de vista del ejercicio ético y

¹ Universidade de Sorocaba, Brasil / rodrigo.barchi@prof.uniso.br / <https://orcid.org/0000-0001-9198-1382>

² Universidade de Sorocaba, Brasil / prof.michelevigari@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-1541-5666>

³ Universidade de Sorocaba, Brasil / 2015urata@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-8550-7916>

⁴ Universidade de Sorocaba, Brasil / davifernandescosta@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2849-858X>

⁵ Universidade de Sorocaba, Brasil / eri_nunes@yahoo.com.br / <https://orcid.org/0009-0008-4768-1399>

político en la vida cotidiana de las escuelas, en la participación directa incesante, en la colaboración o la resistencia a las prácticas de gestión. En este sentido, este texto se divide en tres partes, además de la introducción y las consideraciones finales. En la primera, presentamos el proceso de creación del grupo, que se basa conceptual y metodológicamente en equipos de investigación anteriores del mismo programa, y las perspectivas y estudios de la vida cotidiana escolar en los que se debaten y elaboran los trabajos. La siguiente sección presenta las bases teóricas y conceptuales en el ámbito de la democracia, especialmente en su dimensión radical, en el pensamiento de pensadores contrarios a la separación entre Estado y sociedad civil, en el que las investigaciones sobre el tema se están potenciando en las micropolíticas de la vida cotidiana escolar. En la última parte, presentamos el entrelazamiento y la contextualización de cuatro investigaciones de doctorado, y su vinculación con el proyecto de investigación del grupo, de modo que, a partir de sus intereses e intenciones, cada una de ellas pone de manifiesto las tensiones existentes en la vida cotidiana de las escuelas públicas brasileñas, en los actuales procesos de avance de los autoritarismos y las pequeñas tiranías, y las consiguientes negativas y desobediencias diarias, constitutivas de las formas democráticas participativas y asamblearias de la toma de decisiones.

Palabras Clave: Cotidianos escolares, democracia, radicalidad, investigación en educación, resistencia.

Abstract

This article seeks to present the work carried out by a research group from a graduate program in education at a community university based in a city of the state of São Paulo, Brazil, whose projects intertwine the themes of democracy, environmental education, and studies in everyday school life. The group, established just under three years ago, aims to understand the manifestations and meanings of democracy in everyday school life, understanding it both from the perspective of school governance and management, sometimes representative, sometimes participatory, and as an ethical and political exercise in the daily life of schools, in direct and incessant participation, in collaboration with or resistance to management practices. In this sense, this text is divided into three parts, in addition to the introduction and final considerations. In the first part, we present the process of establishing the group, which is conceptually and methodologically based on previous research teams in the same program, and the perspectives and studies of everyday school life in which the work is discussed and constructed. The following section presents the theoretical and conceptual bases in the field of democracy, especially in its radical dimension, in the thinking of thinkers opposed to the separation between the state and civil society, in which research on the topic is being enhanced in the micro-politics of everyday school life. In the last part, we bring together and contextualize four doctoral research projects and their connection to the group's research project, so that, based on their interests and intentions, each one highlights the tensions that exist in the daily lives of Brazilian public schools, in the current processes of advancing authoritarianism and petty tyranny, and the resulting daily refusals and acts of disobedience, which constitute participatory and assembly-based forms of democratic decision-making.

Keywords: School Life, Democracy, Radicalism, Educational Research, Resistance

Introdução

Este artigo é um relato de experiência em andamento, que visa apresentar algumas considerações sobre as atividades investigativas, desenvolvidas em um grupo de estudos e pesquisas sobre os cotidianos escolares, e suas interconexões com o campo da ecologia política e da educação ambiental. A intensão é desvelar as práticas democráticas desenroladas nos *espaçostempos* de escolas das regiões das cidades de Sorocaba e São Paulo, ambas no estado de São Paulo, Brasil.

Buscaremos, aqui, trazer não somente os trabalhos desenvolvidos pelas/os pesquisadoras e pesquisadores, nas pesquisas de construção de tese de doutorado, mas também as discussões que o grupo desenvolveu, nos últimos cinco semestres, na construção do referencial teórico de suporte na interpretação e compreensão das informações e dados coletados nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos escolares. Visamos, neste sentido, tentar desvelar que movimentos políticos desenrolados no interior das escolas podem ser considerados como democráticos ou como intenções de autoritarismo e concentração de força.

Para além da apresentação das atividades, esse artigo visa discutir o modo como a noção de democracia as atravessa e as costura, no sentido do desvelamento das práticas cotidianas escolares que, ao serem resistentes, combativas e produtoras de outras relações éticas e políticas nos *espaçostempos* da escola, criam e inventam democracias radicais. As quais, por sua vez, ao se recusarem a serem compreendidas como regimes de governos, se propõe como exercícios de coletividade autônoma em constante e simultâneo processo dispositivo de luta e afetividade.

O artigo se divide em três partes, sendo que a primeira busca desenvolver as bases teórico-metodológicas no campo dos cotidianos escolares, que vêm sendo estudadas pelo grupo desde sua criação, em abril de 2023, especialmente aquelas discutidas nas reuniões quinzenais e utilizadas pelas/os mestrandas/os e doutorandas/os em suas investigações. Traremos as leituras coletivas realizadas não somente dos textos sobre os estudos nos/dos/com os cotidianos – em autores e autoras como Michel de Certeau, José Machado Pais, Nilda Alves, Inês Barbosa de Oliveira, Janete Carvalho, entre outros – mas também o debate teórico sobre a presença da governamentalidade neoliberal na vida diária dos *espaçostempos* escolares, em especial, na obra de Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval.

A segunda parte visa apresentar o conceito de democracia como ferramenta interpretativa da micropolítica cotidiana escolar, pensando-a mais como exercício ético-político do que como regime de governança ou gestão. Neste sentido, a noção de democracia radical em pensadores como Antonio Negri, Andityias Mattos, Jean Tible e Paulo Freire, é utilizada como potencializadora para pensar as práticas de resistência e luta política no enfrentamento aos exercícios de tiranias e despotismos no âmbito do espaço escolar. Aqui, visamos entender como as articulações de sujeitos nos cotidianos escolares não somente buscam garantir que direitos e garantias não se percam, mas também como poderes constituintes, em microescalas, impeçam cristalizações de forças nesses espaços tempos.

Por último, trazemos quatro pesquisas de doutorado no âmbito desse grupo, ainda em andamento, que se apropriaram da noção de democracia radical como resistência e luta cotidiana, para trazer à tona as práticas de desobediência à tirania, a exposição as contradições do neoliberalismo na escola, os processos de sucateamento do espaço público, e a militância de professoras/mães para garantir a permanência dos/as filhos com deficiência no espaço escolar.

Reforçamos que a proposta visa interpretar a democracia como exercício múltiplo de poder constituinte, luta política e resistência em desobediência nos cotidianos escolares, e não somente como forjadora dos sujeitos e coletividades nas escolas. Sugere-se compreender a democracia como estratégia para garantir que a política escolar, para se entender como democrática, não se pauta somente na garantia de participação de todos, mas, principalmente, como espaço aberto de encontros e forças potencializadoras de outras formas de existência e convívio educativo. É nesse sentido que o presente texto busca contribuir ao campo dos cotidianos escolares, interpretando a democracia como elemento e ferramenta constituinte da vida escolar, e não somente consequência de práticas políticas em esferas superiores.

Cotidianos escolares

A Universidade de Sorocaba (UNISO), é uma universidade comunitária sediada na cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo, Brasil, que, de acordo com a Constituição brasileira, é gerida pela sociedade civil e tudo o que é criado e produzido por ela, volta a si própria. Foi criada em 1994, tendo como embrião a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Sorocaba, a qual, fundada em 1951, é uma das primeiras do interior do país. Foi na UNISO também onde se criou o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação da região de Sorocaba, em 1996, no qual o Grupo de

Pesquisas em Democracia, Ecologias e Cotidianos Escolares (GEDECE) está estabelecido desde 2023. Ele se espalha na esteira de dois grupos anteriores – Perspectivas Ecologistas em Educação, que durou de 1998 a 2022, e Ritmos de Pensamento, que existiu entre 2014 e 2021 – que tinham nos cotidianos escolares seus focos principais de estudo, entre os diálogos com a educação ambiental (Reigota, 2010), a arte e a cultura (Romaguera et al, 2021).

O GEDECE, por sua vez, além de levar em consideração os diálogos dos cotidianos escolares com educação ambiental, a cultura e as artes, tem como enfoque o levantamento das manifestações democráticas nos *espaçotempos*⁶ das escolas, numa perspectiva não necessariamente focada na governança e/ou gestão escolar por parte de direções e coordenações, mas o inverso. Ou seja, nas práticas reivindicativas, dissonantes e disjuntivas por parte de membros da comunidade escolar, conforme veremos na seção seguinte.

Devido à pandemia, as reuniões dos Grupos de Estudos, após a pandemia, passaram a ser online, através da plataforma *Teams*, e ao iniciar suas atividades, o GEDECE também se deu nesse formato. As reuniões quinzenais envolvem mestrandos/as, doutorandos/as, alunos/as do programa de Iniciação Científica Voluntária (PROVIC-UNISO), professores, coordenadores e diretores das redes públicas municipal e estadual de educação, convidados a partir de seus interesses profissionais e acadêmicos, na temática da interface entre ecologia política, democracia e cotidianos escolares. Atualmente, segundo semestre de 2025, o grupo conta com aproximadamente 20 integrantes em suas reuniões.

No primeiro semestre de 2023, o grupo iniciou suas atividades em meados de abril, com a leitura de alguns artigos de introdução à noção de cotidianos escolares, visto que a maior parte de seus integrantes estava vinculada aos grupos de práticas educativas e formação de professores, que não eram necessariamente o foco de interesse da pesquisa das/os estudantes e pesquisadoras/es. Foram feitas leituras e discussões de alguns textos que consolidaram o campo dos cotidianos escolares no Brasil, no último quarto de século, como os de Nilda Alves (2001; 2003; 2007), e suas parcerias com Inês Barbosa de Oliveira (Alves; Oliveira, 2004) e Regina Leite Garcia (Alves; Garcia, 2002); além dos textos da própria Inês Barbosa de Oliveira (2016) e Carlos Eduardo Ferrão (2007).

De agosto de 2023 a junho de 2024, o foco foi a noção de cotidiano, especialmente em referências básicas em sociologia, etnografia e história, que por sua vez, pautaram os textos discutidos no semestre anterior, de modo que a apropriação do cotidiano como ferramenta e método da pesquisa em educação escolar, fosse devidamente concretizado pelas pesquisas, especialmente as de doutorado. Foram lidas as obras de José de Souza Martins (2014), Agnes Heller (1972), José Machado Pais (2002) e por fim, a obra de Michel de Certeau. (1994).

Especialmente após o debate sobre a obra de Certeau - no que tangia o embate que trava com Michel Foucault ao redor das noções de estratégias e táticas- estando as noções ao redor de cotidiano devidamente estabelecidas perante o grupo, o mesmo decidiu indicar a necessidade do estudo ao redor das formas de poder, do exercício e regime governamental, e da economia política. Isso para traçar e cartografar tanto as influências e presenças dos métodos de dominação e exploração nos cotidianos escolares, quanto para compreender a sua indomabilidade perante o assédio das práticas de exploração, hierarquização e exclusão em seu âmbito.

Nesse sentido, para o segundo semestre de 2024, foi decidido que a obra a ser discutida seria o curso ministrado por Michel Foucault no College de France, traduzido e publicado no Brasil como “Segurança, Território, População”, na qual, em sua interpretação sobre os exercícios de poder governamental, Foucault (2008a) amplia o debate ao redor da noção de biopolítica que havia iniciado no curso de 1976 (Foucault, 1999), e que iria culminar, justamente, no “Nascimento da Biopolítica” (Foucault, 2008b). Nesta, o pensador francês, nas aulas de 1979, destrincha detalhadamente o neoliberalismo que pauta a governamentalidade, que hoje se apresenta com toda a intensidade na sociedade e, conseqüentemente, nos cotidianos escolares brasileiros.

A proposta, portanto, era entender, a partir da leitura dos cursos de 1978 e 1979, como o neoliberalismo está presente e pauta a agenda de gestão política e econômica escolar na atualidade. No primeiro curso, entender a governança da população. No segundo, entender a ação do capitalismo neoliberal nas estratégias governamentais, no âmbito da mudança curricular, no tempo escolar, no espaço físico, nas relações de poder no ambiente escolar, e nas próprias produções de sentido – ou suas ausências (Reigota, 2021) – nos discursos e conversas cotidianas.

⁶ Como lembra Campos (2020), Nilda Alves e os estudos nos/dos/com os cotidianos escolares no Brasil, vem utilizando a aglutinação de palavras que foram separadas na dicotomização da ciência moderna, ou que muitas vezes entoam sentidos antagônicos quando grifadas disjuntivamente.

Ao final de 2024, o grupo decide realizar mudanças na dinâmica dos encontros, e nas próprias leituras. Para os primeiros semestres dos anos letivos, sugere-se a discussão sobre cotidianos escolares e métodos de pesquisa para dar conta das especificidades do campo, e para os segundos semestres, a leitura teórica da questão relativa à política, à sociedade e à conceituação teórica do mundo contemporâneo. E, nessa toada, foi decidida uma mudança para a discussão sobre o neoliberalismo. Dada a necessidade de uma atualização sobre o capitalismo selvagem contemporâneo, ao invés da leitura do texto de Foucault, foi solicitada a discussão sobre a obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), sobre a história e perspectiva teórico e política do neoliberalismo. A qual está sendo discutida na segunda metade de 2025, momento em que este texto está foi escrito.

Para o debate, assimilação e compreensão sobre os estudos nos cotidianos escolares e as possibilidades investigativas nos/dos/com os mesmos, a dinâmica foi chamar as teóricas e teóricos para conversar com o grupo, em suas reuniões online/remotas. De março a junho de 2025, o grupo recebeu a visita de Nilda Alves, da UERJ, e de Andreia Ramos e Soler Gonzalez, da UFES, para conversar sobre os cotidianos; de Paula Henning, da FURG e Silvio Gallo, da Unicamp, para compor os aspectos teóricos e a presença das filosofias da diferença nos estudos dos cotidianos; de Thiago Correia, da UFTM, para propor as narrativas ficcionais e a fenomenologia, para a escrita das dissertações e teses; as/os colegas mexicanos Lorena Córdova e Abrahám Nahon, da Universidade Autônoma “Benito Juárez” de Oaxaca (UABJO), para o diálogo entre Cultura, Arte e Educação; e o professor da Universidade Autônoma da Cidade do México (UACM), Miguel Angel Ortega, para propor a radicalidade da Educação Ambiental como exercício de resistência contra os ecocídios.

Os estudos nos/dos/com os cotidianos escolares, no âmbito do GEDECE, portanto, vem assumindo uma radicalidade política, social e cultural, que percebe a indiscernível relação entre o que ocorre nos microespaços do cotidiano escolar, e as tomadas de decisão, simultâneas e recíprocas, das gestões estatais e da esfera corporativa privada. Nas reuniões, a sensação de desamparo, de imobilidade, de violento assédio às liberdades de cátedra, e de desmoronamento da estrutura escolar, é ampla, nítida e crescente. Além do fato das decisões tomadas por parte dos poderes Executivo e Legislativo brasileiros serem de cada vez maior sucateamento e perseguição às educadoras e educadores.

A democracia, nas macroesferas do poder constituído, parece cada vez mais estrangulada e opaca. Um exemplo, é que na mesma semana na qual este texto foi construído, a Câmara dos Deputados no Brasil decidiu aprovar, por larga maioria de votos, o Projeto de Emenda Constitucional que blinda membros do poder legislativo de serem investigados e intimados pelo poder judiciário, garantindo ampla possibilidade de impunidade e corrupção. Apesar do texto ter sido barrado no Senado, devido às imensas pressões populares, a necessidade de vigilância, perante o assalto à esfera pública, acaba por ocupar espaços de decisões devidamente voltadas às reivindicações populares, no que diz respeito à diminuição da desigualdade, e da promoção de justiça social.

Neste sentido, como a democracia pode ser capaz de resolver as demandas e diminuir a sensação de insegurança e paralisia forçada, por parte das educadoras e educadores, sendo que é justamente a partir das eleições e da democracia representativa, que o cotidiano escolar, por parte das educadoras e educadores, torna-se cada vez mais insalubre e infernal? A democracia é incapaz de resolver? Ela foi cooptada pela minoria interessada exclusivamente no aumento de suas riquezas? Foi fraudada e destruída? Ou há outras democracias?

Democracias radicais

A noção de democracia que pauta as discussões e pesquisas no âmbito do GEDECE não se restringe aos regimes de governos e/ou de maior ou menor intensidade da mesma, no que diz respeito ao seu escopo representativo, participativo ou mesmo “representativo-participativo”. Sob a égide de um Estado tutelador e separado da sociedade civil, como na crítica à Hegel (Marx, 2013) e nos textos da Comuna de Paris, Marx (2011) já chamava a atenção para essa questão. Não que a democracia estatal nas oligarquias liberais contemporâneas não possa ser caracterizada e entendida como tal, mas a proposta o pensar democracia nos cotidianos escolares parte, na perspectiva de Hardt (1996), de uma radicalidade pautada pelas relações constituídas por aqueles que vem de baixo, num processo de desmoronamento das relações verticais e hierarquizadas.

Uma política prática de corpos sociais libera as forças imanentes das estruturas de formas pré-determinadas, para descobrir seus próprios fins, inventar a sua própria constituição. Mais uma vez, descobrimos que a produtividade do ser social corresponde à sua produtibilidade. A sociedade horizontal é o lugar aberto que alimenta a criação e a

composição prática, tanto quanto a destruição e a decomposição. O modelo dessa constituição é a assembleia absoluta e igual de todo o plano imanente? A democracia, como Espinosa gosta de assinalar, é a forma absoluta de governo. (Hardt, 1996, p. 183-184)

Na interpretação da crítica da filosofia deleuziana e sua carga espinosista, Hardt pauta o debate político na intensa recusa à representação que o pensamento político do filósofo francês, a partir da interrogação ao próprio Espinosa, à Bergson e a Nietzsche, realiza à tradição hobbesiana, rousseauiana e hegeliana sobre a unificação do político em torno do Estado. A recusa à identidade e ao *telos*, na perspectiva deleuziana, e a utilização que Hardt faz na construção do que chama de democracia radical, é justamente na resistência que a “multiplicidade da organização” e os “agenciamentos de potência” impõem à ordem e ao poder constituído.

O movimento proposto por Hardt, no que diz respeito à democracia como movimento incessante de uma multiplicidade indomada, irredutível à identidade e de infinita *potentia*, se articula tanto com o poder constituinte da *multitude* espinosista – na qual o direito civil é o direito de natureza exercido a partir do *conatus* (perseverança na existência) do sujeito individual e coletivo – em constante conexão e articulação, quanto na própria interpretação que Antonio Negri (2002) realiza de Espinosa e Marx, ao sugerir a própria democracia como o poder constituinte.

Não um poder constituinte que se coloca como o processo e ou o caminho para o estabelecimento do poder constituído e consequente Constituição, mas como o outro em recusa, em resistência e irreconciliável unificação. Em outras palavras, na perspectiva que Hardt desenvolve a partir de Deleuze e que Antonio Negri propõe – a partir do filósofo holandês e do pensador alemão na caracterização de movimentos constituintes na modernidade – a democracia como o poder constituinte irredutível ao Estado e ao poder constituído, a mesma só pode ser considerada como o processo de constante enfrentamento, resistência, desobediência e estranhamento ao – sempre – barbaricamente instituído.

A democracia, como poder constituinte, na sugestão de Negri, não pode ser entendida como só o negativo, que recusa por ontologia do ser rebelde e insubmisso, e que a todo custo, mesmo no escopo das democracias governamentais representativo-participativas, precisa ser debelado e combatido, com o risco de trazer à tona o autoritarismo. Mas sim, um negativo que carrega em si um afirmativo outro, como, por exemplo, na Comuna de Paris. Aliás, há todo o cuidado, principalmente para Hardt e Negri (2018), em não confundir qualquer movimento de massa contra o poder com democracia ou poder constituinte. Visto que, em boa parte, muitas dessas turbas têm como única e exclusiva intenção o estabelecimento de ditaduras e a adoração às lideranças carismático-populistas.

O que caracteriza as multidões democráticas são, em grande parte, o exercício ético-político de deparar-se frente ao outro, em toda sua diferença e singularidade, e a criação de agires em comum, ao mesmo tempo em que buscam potencializar e enaltecer a própria distinção em relação ao outro. Multidão/*multitudo* não são massas uniformizadas sob um canto único em defesa de bandeira identitária ou messias coroados, mas mosaicos ininterruptos de cores, sons, vibrações e anseios, do embate ao poder constituído, apagador das diferenças e das multiplicidades. Neste sentido, somente singularidade potentes e autônomas, conseguem se conectar às outras em comum, na construção de forças coletivas de revolta e insubmissão.

A multidão em diferença infinita, num processo de brutal recusa ao uno, ao idêntico e ao fatalismo destino dado por uma essência humana criada pelas invenções modelares da filosofia platônica, numa força constituinte que não se ajoelha nunca a acordos tecidos para a constituição que impede sua força, é o que Negri (2002, 2016) sugere, em Espinosa e Marx como a democracia radical, ininterrupta e incessante. Ao invés de uma tradição burguesa, na qual o poder constituído é o *telos* para o qual é necessário se dar todo o direcionamento da potência do poder constituinte – na transformação da democracia constituinte e participativa da multidão em democracia representativa no Estado, na lei e na soberania – e seu consequente apagamento, a proposta da radicalidade democrática nos marxismos dissidentes e no comunismo negriano (Altamira, 2008), é justamente o impedimento da submissão da imanência do poder constituinte para a transcendência estatal e soberana.

Esse comunismo “rechaça toda estrutura, todo partido em que as revoluções moleculares e o antagonismo sejam subordinados para fins molares” (Altamira, 2008, p. 446), e recusa qualquer mediação estatal ou financeira nas relações éticas, políticas, econômicas e culturais entre os indivíduos e coletividades. Não uma democracia limitada, restrita à representação e mediada por agentes fora do corpo da multidão, mas radicalmente absoluta. Na qual qualquer

legitimação sobre o apagamento das diferenças sob o argumento de pacificação, ordenamento e defesa dos interesses de um “bem maior e para a maioria” seja exposta e enfrentada em sua face mais barbária, tirânica e despótica.

Nessa perspectiva, ainda, Matos e Souza (2017; 2021), em uma dimensão que, para além de uma perspectiva de comunismo ininterrupto, sugerida por Negri e Guattari (1999), trazida à tona por Altamira (2008), atrelada ao desejo e escopo da ação multitudinária (Negri e Hardt, 2005, 2018), é an-árquica, e que não somente se desenrola como um poder constituinte mas, simultaneamente, é desinstituinte. Ou seja, nas práticas de um exercício político antagônico e resistente ao poder constituído, necessariamente também exerce uma prática de destituição ao da soberania protetora dos privilégios garantidos aos detentores do poder de força, violência e autoridade legal.

El deseo de libertad se traduce, ya no en la dialéctica entre poder constituyente y poder constituido, sino en la relación horizontal entre poder desinstituyente y poder constituyente permanente. Si bien el proceso histórico de afirmación del derecho occidental se fundó en la violencia apropiadora y jerarquizante, algo que es incontestable, no existe motivo alguno para afirmar que siempre será así y que toda productividad lleva consigo el signo de ese arjé. (Matos; Souza, 2021, p. 16)

A deslegitimação do Estado, na proposta de Matos e Souza – e também na perspectiva de Matos (2022), com a noção de an-arquia como recusa do Estado como proprietário da *arkhé*, que lhe daria o direito à tutela social – através da desapropriação do direito natural de comando e controle da população – é também – e pensando num Marx radical e anárquico, plenamente contra o Estado (Rubel, 2012; Pogresbinchi, 2009; Tible, 2020) e propositor de uma ditadura do proletariado brutalmente radical e contra o Estado – fazer desmoronar a legitimidade da exclusividade do poder político estatal. Isso, no processo de desobediência, resistência e enfrentamento, ao romper com a noção de luta dialética opositora e evolutiva, entre sociedade civil e Estado, impõe-se o lugar da horizontalidade recíproca e ininterrupta da constante destituição política com a construção de outras sociabilidades na democracia radical do poder constituinte.

Em outras palavras, na perspectiva de radicalidade política – e aqui também evocando Marx (2011), ao observar que na ação dos *communards*, contra o Estado, estava a ditadura do proletariado e a democracia, indissociáveis e em intensidade extrema – de interromper e destruir a separação entre sociedade civil e o Estado, é que está a necessidade de não disjuntar poder desinstituinte e poder constituinte, visto que qualquer resquício das autoridades e hierarquias do Estado capitalista podem ser perigosas na construção das políticas radicais.

Essa noção radical de democracia encontra em Paulo Freire uma íntima estreita ressonância, apesar de, com exceção de Marx, o pensador pernambucano não ter feito, em sua obra, maiores considerações sobre as referências marxistas à democracia na Comuna de Paris, a separação entre sociedade civil e Estado, ou mesmo sobre possibilidades sociais e políticas ao redor de uma democracia anarco-comunista. Mas quando, por exemplo, em “Cartas a Cristina” (Freire, 2013), propõe que a democracia mesma não pode ser ensinada como uma forma modelar e cristalizada de ideia plena, mas sim precisa ser exercida no exercício do ensino e da aprendizagem como prática ética nas relações cotidianas da escola, Freire aponta – sendo esta, inclusive, a aposta epistêmica dos estudos em democracia no GEDECE – uma larga aproximação com a perspectiva radical até aqui exposta.

Isso porque Freire (2013), na recusa de uma noção cristalizada e formal de democracia, denuncia que seu escopo meramente político-eleitoral promove a degradação da participação coletiva e o constante aperfeiçoamento das ações de não somente a negar às pessoas o direito de comer, trabalhar, morar, estudar, ler e ir e vir. Assim como remove o direito das pessoas ao exercício livre da cultura, da economia e da sociabilidade, ao impor um *modus operandi* exclusivo da concorrência, do trabalho alienado e da hierarquização da vida.

Além disso, e na esfera cotidiana das escolas, Freire denuncia que as próprias relações de ensino e aprendizado precisam, numa perspectiva democrática e antiautoritária, minuciosamente serem construídas também para que não se caia naquilo que chamou de licenciabilidade. A qual, por sua vez, torna-se um impeditivo ao exercício democrático, pois impede o diálogo e a troca de saberes, já que deixa o compromisso e a responsabilidade de lado, ao dar ao “grupo licenciado” uma liberdade que ao invés de se tornar luta coletiva, transforma-se em competição barbária e derrocada da relação horizontal ético-política entre os indivíduos.

Não quero dizer que a autoridade que confronta a situação em que a liberdade se recusa a assumir o limite necessário a ela cruze os braços e deixe que as coisas fiquem como estão. Essa capitulação da autoridade a torna licenciosa e, dessa forma, anulando-se como autoridade, em nada contribui para a autenticidade da liberdade. O exercício democrático se sacrifica nessa distorção da relação autoridade-liberdade. (Freire, 2013, p. 239)

É no sentido de uma democracia que se ensina praticando, é que Freire busca justamente caminhar na linha tênue entre autoritarismo e licenciosidade. Propõe a liberdade democrática como prática ética, visto que exige a presença e o diálogo direto com outro, e também como exercício político, visto que somente na construção em comum de intenções de transformação, é que a coletividade consegue se fazer força perante regimes, gestões e condições autoritárias e despóticas.

Em outras palavras, a democracia, como *agirpensar* autoridade e liberdade, em comunalidade, parceria, conexão e tessitura, são justamente a desobediência e a recusa à tirania do uno, do individual do mau egoísmo⁷ e de autocracias. Essas últimas, possibilitadas somente quando enaltecem e propagam os interesses individuais que serão atendidos sob a renúncia da liberdade, em nome do autoritarismo. Ao ser exercício junto ao outro, a democracia radical freireana se alinha às perspectivas radicais dos marxismos heterodoxos dissidentes de Negri, Tible, Progresbinchi e Rubel, discutidos anteriormente, e recusa a representação e a “carta branca” na tomada de decisões.

Desobediências, resistências e presenças

Sendo assim, quando se propõe estudar a democracia nos cotidianos escolares, a intenção do GEDECE não é investigar somente – pensando freireanamente – o tom, a forma e a intensidade na democracia presente no currículo e na fala das professoras e dos professores. Mas, principalmente, como a democracia é exercida e pensada para além dos modos de como é dita e ensinada como o direito ao voto e às outras práticas de participação da sociedade civil junto ao Estado. Ou seja, a proposta é compreender a construção dos exercícios coletivos de reivindicação, recusa, desobediência e resistência às práticas autoritárias nos cotidianos escolares. Seja como luta aos microfascismos nos *espaçotempos* escolares, seja como a própria comunidade escolar se mobiliza em lutas coletivas contra despotismos de gestões estatais ou assédios de corporações privadas a estes coletivos, dada a ausência cada vez maior do Estado em gestões neoliberais.

Ao mesmo tempo em que apresentamos cada uma das investigações em andamento, em suas intenções específicas de desvelar os cotidianos escolares, trazemos aqui, como exercício de interpretação e compreensão coletiva do grupo, alguns destaques, acontecimentos e elementos marcadamente compostos de recusa, resistência, embate e construção de modos outros de relacionamento ético-político, constituintes, autônomos e ininterruptos.

Neste sentido, a primeira das quatro pesquisas no âmbito de doutorado que visam auxiliar neste diagnóstico, desenvolvida desde 2023, visa compreender a presença e a influência do neoliberalismo nos cotidianos escolares de creches, e seu impacto no processo de inclusão de crianças com deficiência de educação infantil. Em especial, buscando interpretar o quanto essa presença de uma perspectiva brutal de capitalização da vida forja a subjetividade docente.

Construída metodologicamente no escopo do método cartográfico (Passos, Kastrup, Escossia, 2009; Kastrup; Passos, 2013), a partir da trajetória de uma professora imersa nesses cotidianos, observa-se até agora, um largo movimento de sucateamento do espaço público. Isso perante as condições cada vez mais precárias dos espaços públicos, não estando as creches isentas dessa derrocada, e do estabelecimento de uma cultura moral da individualidade e da competitividade.

Em relação à democracia, esse processo, além de inviabilizar cada vez mais o *espaçotempo* público como dispositivo de práticas coletivas e em comum, também impede o avanço de uma cultura de trocas dialógicas. A qual, como prática ético-política, seria capaz de fazer os indivíduos compreenderem que a resolução de questões decisórias precisa passar pela ação democrática de integração de singularidades múltiplas. Em outras palavras, ao destruir o sentido coletivo participativo do espaço público, em nome da individualização e competitividade dos interesses individuais, o avanço da

⁷ Aqui nos aproveitamos da sugestão de Onfray (1999) entre o bom hedonismo, dos atendimentos à uma vida prazerosa compartilhada, e o mau egoísmo, do atendimento aos anseios de um em detrimento das multidões e dos explorados.

lógica neoliberal nas creches é um catalisador do autoritarismo e da destruição da potência democrática dos cotidianos escolares.

Portanto, aqui a democracia se apresenta e se cria como recusa, indignação e revolta, a partir do momento em que caracteriza movimentos autoritários do capital neoliberal, que aparentemente são travestidos de naturais e transcendentais. A pesquisa e o relato dessa destruição dos *espaçotempos* coletivos, além da narração de histórias de resistência de educadoras e funcionárias ao autoritarismo na gestão pública, mostra-se já como democracia em sua radicalidade.

A segunda pesquisa, também desenvolvida desde 2023, busca entender, a partir de conversas e entrevistas com gestores da educação pública municipal de Sorocaba, os enredamentos no exercício cotidiano de dirigir escolas, perante o avanço da lógica neoliberal, cuja intenção, na depreciação dos *espaçotempos* públicos e coletivos, é fazer com que a gestão se pautem em tornar as escolas em espaços de eficiência financeira e máquina de resultados avaliativos.

Algumas das indagações, que no decorrer dessa investigação estão se desvelando, é o quanto, ao equiparar as escolas, em sua administração, às corporações empresariais preocupadas exclusivamente com resultados, os novos modos de gestão escolar não somente esfacelam e desrespeitam os princípios da gestão democrática, estabelecidos na legislação federal. Assim como compreender a geração e proliferação de um gigantesco mal-estar – quando não, graves problemas psicoemocionais – entre diretoras e diretores que, ao se constituírem enquanto educadores e gestores educacionais, tem as bases teóricas de sua formação completamente desrespeitadas e desobedecidas pelo avanço do neoliberalismo.

Ao desmontar os princípios democráticos da gestão escolar, em nome da eficiência corporativa financeira e da cobrança por resultados avaliativos, sob o risco de punição e desligamento, não somente a lógica neoliberal vem enfraquecendo o papel do diretor como liderança democrática no ambiente escolar, pensando no papel das lideranças na construção democrática em Hardt e Negri (2018). Mas também legitima a própria escola como lugar privilegiado na construção de uma cultura do assédio ao fracasso de gestões não competitivas.

Aqui, apesar das mesmas indicações ao redor do sucateamento do espaçotempo coletivo da escola, há uma perspectiva que o mal-estar não é somente de docentes, estudantes e familiares, mas também do estrato superior da escola, que é a gestão. A qual muitas vezes, apesar da tentativa constante – e democrática – de garantir o melhor possível o funcionamento da escola como lugar de coletividade e autonomia, enfrenta práticas autoritárias e ditatoriais a partir das tecnoburocracias e do atendimento quase que exclusivo aos resultados classificatórios.

Sob uma perspectiva autoetnográfica (Adams; Bochner: Ellis, 2011; Custer, 2014), na qual o próprio pesquisador ou pesquisadora visam compreender tanto a construção cultural dos espaços no qual estão inseridos/as, quanto os próprios processos de forja pela qual a subjetividade e presença desse pesquisador/a educador/a nos coletivos escolares são simultâneos e recíprocos, são desenvolvidas as duas próximas investigações. Quando permite ao pesquisador e pesquisadora narrar-se, a autoetnografia, nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos traz à tona uma série de elementos menores e intersticiais, que são cruciais para compreender o quanto a presença e/ou ausência dos sentidos são construídas e propagadas nesses cotidianos.

Em uma das pesquisas, o conceito de desobediência é a ferramenta para entender as lutas, revoltas e embates cotidianos, por parte da coletividade que se forma nas escolas, perante o avanço do autoritarismo por parte das políticas de administração das instituições escolares da cidade de São Paulo. Esse autoritarismo, também atrelado ao escopo neoliberal na gestão escolar e na intervenção curricular, na capital paulista ganhou um elemento ainda mais bruto, que é o deslocamento de diretoras e diretores das escolas com índices avaliativos com pior resultado. Assim como de gestores/as que fizeram questionamentos aos superiores e à política de educação pública da cidade.

As remoções, os deslocamentos, a pressão e o assédio, como modo de submeter as gestões escolares sob uma rédea rígida, ao mesmo tempo em que acusa as e os gestores de baixo desempenho, mostra-se também como estratégia de dano às possibilidades democráticas no cotidiano escolar. Essa prática não somente desarticula os encadeamentos realizados nos movimentos de tomada de decisão coletiva, como também aponta para a necessidade de impedir a autonomia da comunidade escolar.

Para além do relato dos incômodos vividos pela comunidade a partir da retirada da autonomia da escola, se vê e se relatam as práticas coletivas de resistência e tentativa da manutenção da coletividade como articulação, participação

e movimento de decisão política conjunta. Quando estudantes e educadores/as se entrelaçam e conectam em lutas contra decisões governamentais – pautadas em perseguição e assédio – e a derrocada da autonomia, a democracia como prática de enfrentamento dá um passo adiante ao narrado nas duas pesquisas anteriores.

No entanto, ainda se ampara pelas manifestações individuais de resistência, que estão espalhadas no incômodo em comum. Mas avança ao tornar o incômodo em comum na luta ética, política e social.

Por fim, a última das quatro investigações, visa compreender, em primeiro lugar, o processo de construção das subjetividades de mulheres professoras que, ao se tornarem mães e receberem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista de seus filhos e filhas, passaram a criar redes de apoio e luta pela inclusão dessas e outras crianças nas escolas. E também o inverso, ou seja, de desvelar toda a transformação cultural dos cotidianos escolares, a partir do movimento de mães de crianças autistas que se tornaram professoras. Não somente como estratégia para garantir esse direito à presença dessas crianças na escola, mas também de construir para si, e consigo próprias, formas outras de sobrevivência e resistência.

A autoetnografia, não somente da *mãeprofessora*, pesquisadora do cotidiano escolar e do conjunto de elementos que compõe a paisagem do *espaçotempo* da escola, mas também das redes tecidas pelas outras mães também educadoras, permite – inclusive como prática de resistência, nas palavras de Miranda (2022), contra-hegemônica – entender o quanto a necessidade de um processo de conexão coletiva para garantir a presença das crianças com necessidades especiais na escola, se faz como método irreconciliável à pesquisa. Isso porque traz à tona trajetórias e experiências em comum – ora isoladas, hora em conectividade a outros/as – que ao se entrelaçarem às lutas cotidianas simultâneas às suas, e tornarem recíprocas, dão à democracia, nas micropolíticas do cotidiano escolar, elementos constituintes em diferença e diferenciação.

Ao desvelar as democracias cotidianas que não são interrompidas e/ou garantidas por leis, na realidade mostram que, apesar da garantia jurídica, outras demais lutas precisam estar sempre em constância para que não haja a transformação desses direitos em letra morta, e processos de exclusão das crianças com necessidades especiais – e consequentemente, de suas *mãesprofessoras* – no bojo da própria lei. Em outras palavras, a luta pela garantia de uma escola que atenda às necessidades especiais de cada criança – e não somente a jogue na escola como mais um problema – é poder constituinte constante, visto que também é luta contra os modos de ação do Estado.

A tessitura entre essas quatro pesquisas está no fato delas terem, simultaneamente, partido de incômodos individuais em comum. Que por sua vez, são incômodos de educadores e educadoras que vêm de suas comunidades escolares também incomodadas. As quais estão entrelaçadas a partir de um projeto de pesquisa, no nosso grupo, que tem como intenção investigar justamente os incômodos, manifestos, resistências, recusas, criações e invenções de outras democracias, para além de regimes de governos.

A compreensão das práticas democráticas, micropolíticas e cotidianas, em seus ininterruptos processos de contrariedade ao exercício de apagamento das coletividades, éticas autonomistas e cooperativas, e de promoção do bem comum – em nome do mérito, da competição, do privado e do individual, típicos do neoliberalismo contemporâneo –, narradas por quem também está na resistência e na luta, dão ao campo dos cotidianos escolares elementos, ferramentas, conceitos e categorias interpretativas que visam entendê-los como espaços privilegiados das radicalidades democráticas.

Considerações finais

As quatro investigações de doutorado que apresentamos, discutindo, averiguando e diagnosticando se as lutas nos cotidianos escolares se apresentam como democráticas ou somente como manifestos de fortalecimento do poder constituído na escola, se dão sob o bojo de um projeto de pesquisa que visa averiguar o quanto os exercícios de luta ética e política se aproximam das posições apresentadas, em democracia radical, nos marxistas e anarquistas heterodoxos.

Essas perspectivas das escolas de pensamento socialista libertária e científica, estão veiculadas a um intuito de desvincular o pensamento marxista da ideia de que só a tomada do Estado pode garantir a revolução contra o capital. Como propõe Tible (2020), ao fazer dialogar Marx com Clastres e Kopenawa, esse posicionamento é da recusa em entender o Estado como o catalisador de um projeto e um caminho, que vise livrar a sociedade do capitalismo, visto que só a partir do Estado que este se mantém.

A noção de democracia como poder constituinte e desistituente, que pauta os trabalhos do GEDECE, e que é possível de ser entendida como propagada por todas as dimensões da vida cotidiana – numa radicalidade freireana – social e das escolas, está, em nossa aposta, muito mais atrelada ao que Marx propõe nos textos sobre a ditadura do proletariado fora do Estado, na Comuna de Paris, do que nas interpretações leninistas de que a ditadura se faz no Estado, com automática aprovação popular, sem votação, plebiscito, participação ou assembleia.

E é nesse sentido de uma democracia alastrada por todas as dimensões da vida humana – em conflito com o autoritarismo, despotismo e fascismo espalhado do mesmo modo – é que está o exercício político da democracia. Ao se propor como exercício constituinte, a democracia é fenômeno a ser observado não somente no Estado, mas numa sociedade civil que, para além de sua reivindicação ao Estado, também, e especialmente, faz política pra além, fora e contra ele.

Que não se confunda a perspectiva democrática com qualquer ação contra o Estado. Entende-se aqui a democracia como as lutas pelas construções coletivas de autonomia, e de ampla participação e ação nas vidas cotidianas. Movimentos contrários ao Estado, com a intenção de implantar outro tipo de domínio ao mesmo – como movimentos fascistas contra a democracia estatal, em nome de uma tirania e autocracia – não podem ser chamados de democráticos, mas de fascistas.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do GEDECE, visam entender as manifestações da dimensão da luta cotidiana que não tem como intenção a tomada de poder, seja nas micro ou nas macroesferas cotidianas. A democracia, nas perspectivas dos trabalhos desenvolvidos, é um exercício de resistência, de recusa, de desobediência. Mas não é só o negativo. É também construção radical, intensa e ininterrupta de novas formas de convívio, baseada em redes de solidariedade, fortalecimento mútuo e distribuição crescente de responsabilidade e autonomia.

A inversão democrática e política que estes trabalhos vêm propondo, assim como as leituras e discussões realizadas pelo grupo, não intencionam necessariamente propor pesquisas contributivas para a manutenção e fortalecimento de um certo modo de democracia representativo, limitado e fragilizado pela ampla alienação em relação às questões macropolíticas da sociedade. A intenção é propor a democracia tanto como categoria de interpretação da vida cotidiana escolar, quanto entender essa democracia, radical e constituinte como potencializadora de criar indivíduos e coletividades intensamente participantes nas tomadas de decisões nas/das/com as escolas.

Referencias bibliográficas

Adams, T., Bochner, A., & Ellis, C. (2011). Autoethnography: An overview. *Historical Social Research*, 36, 273–290.

Altamira, C. (2008). *Os marxismos do novo século*. Civilização Brasileira.

Alves, N. (2001). Decifrando o pergaminho: O cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. En I. B. Oliveira & N. Alves (Orgs.), *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: Sobre redes de saberes* (pp. 13–38). DP&A.

Alves, N. (2003). Cultura e cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 62–74. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200005>

Alves, N., & Oliveira, I. B. de. (2004). Imagens de escolas: Espaçotempos de diferenças no cotidiano. *Educação & Sociedade*, 25(86), 17–36. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100003>

Alves, N. (2007). Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. *Revista Teias*, 4(7), 1–8.

Campos, L. C. (2020). Uma conversa sobre identidade: A partir dos estudos dos cotidianos e literatura. *Revista Educação Pública*, 20(30).

Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano 1: As artes de fazer*. Vozes.

Custer, D. (2014). Autoethnography as a transformative research method. *The Qualitative Report*, 19(37), 1–13.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

- Ferrazo, C. E. (2007). Pesquisa com o cotidiano. *Educação & Sociedade*, 28(98), 73–95. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000100005>
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.
- Freire, P. (2013). *Cartas a Cristina: Reflexões sobre minha vida e práxis*. Paz & Terra.
- Hardt, M. (1996). *Gilles Deleuze: Um aprendizado em filosofia*. Editora 34.
- Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Record.
- Hardt, M., & Negri, A. (2018). *Assembly: A organização multitudinária do comum*. Politéia.
- Heller, A. (1972). *O cotidiano e a história*. Paz e Terra.
- Kastrup, V., & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 263–280.
- Martins, J. S. (2014). *Uma sociologia da vida cotidiana*. Contexto.
- Marx, K. (2011). *A guerra civil na França*. Boitempo.
- Marx, K. (2013). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Boitempo.
- Matos, A. S. M. C. (2022). *A an-arquia que vem: Fragmentos de um dicionário de política radical*. Sobinfluência.
- Matos, A. S. de M. C., & Souza, J. K. de S. (2017). Desobediencia civil como poder constituyente/desinstituyente: Una nueva práctica política anticapitalista. *Astrolabio: Revista Internacional de Filosofía*, 20(1), 15–24.
- Matos, A. S. de M. C., & Souza, J. K. de S. (2021). Desafiar los poderes constituidos: Violencia, excepción y desobediencia civil. *(Des)troços: Revista de Pensamento Radical*, 1(1), 81–94. <https://doi.org/10.53981/destroos.v1i1.32799>
- Miranda, C. F. (2022). A autoetnografia como prática contra-hegemônica. *Teoria e Cultura: Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF*, 17(3), 70–78.
- Negri, A. (2002). *O poder constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. DP&A.
- Negri, A. (2016). *Espinosa subversivo e outros escritos*. Autêntica.
- Oliveira, I. B. (2016). Cotidianos aprendentes: Nilda Alves, Regina Leite Garcia e as lições nos/dos/com os cotidianos. *Momento: Diálogos em Educação*, 25(1), 33–50.
- Pais, J. M. (2002). *Vida cotidiana: Enigmas e revelações*. Cortez.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.). (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Pogrebinski, T. (2009). *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Civilização Brasileira.
- Reigota, M. (2012). Grupo de Pesquisa: Perspectiva Ecologista em Educação. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 5(2), 113–117. <https://doi.org/10.11606/issn.2177-580X.v5i2p113-117>
- Reigota, M. (2021). Fragmentos de Havana: "Al final de este viaje..." com Nita e Paulo Freire. En A. M. A. Freire, *A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire*. Paz e Terra.

Romaguera, A., Silva, A. C., Bellini, M., & Santos, V. (2021). Dissertações e teses produzidas entre os anos 2000 e 2017: Uma contribuição para o cotidiano escolar. *Série-Estudos*, 26(56), 287–305. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i56.1492>

Rubel, M. (2012). Marx: Teórico do anarquismo. *Novos Rumos*, 49(1). <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2012.v49n1.2370>

Tible, J. (2020). *Marx selvagem* (3.^a ed.). Autonomia Literária.

Fecha de recepción: 29-9-2025

Fecha de aceptación: 18-12-2025